

Nota de Imprensa

Promoção da Energia Solar Térmica em Portugal: Aposta indispensável na Economia e na Eficiência Energéticas!

Lisboa, 26 de Março de 2009

O GEOTA tem estado atento ao desenvolvimento do mercado da energia solar térmica em Portugal e do seu importante papel na promoção da redução da factura energética nacional bem como na redução das emissões de Dióxido de Carbono para a atmosfera.

Conseguir o objectivo de instalar **um metro quadrado de colector solar térmico por cada pessoa** é possível e terá um impacto significativo na economia Portuguesa a vários níveis, como sejam:

- Redução de cerca de **20%** do consumo de electricidade (**10 TWh/ano**, ou seja 10 mil milhões de quiloWattthora em cada ano);
- Redução de cerca de **4%** do consumo global de energia em Portugal, com a conseqüente redução da factura energética externa de montante similar;
- Fomento de um negócio superior a **300 milhões de euros anuais** para a instalação anual de cerca de **800 mil metro quadrado** de colectores solares térmicos eficientes;
- Redução nas emissões de Dióxido de Carbono em cerca de **4 milhões de toneladas**, considerando que iria substituir igualmente, quer a electricidade, quer o gás;
- Criação de milhares de postos de trabalho distribuídos pelo País.

No entanto, no ano de 2007 instalaram-se pouco menos que 50 mil metro quadrado de colectores solares térmicos e no ano de 2008 ainda não se atingiram os 100 mil metro quadrado instalado. O mercado, portanto, pode ser multiplicado por um factor de dez face ao existente.

Para que tal seja possível, os passos a dar têm de ser seguros e bem orientados. Assim, em primeiro lugar, o Estado, que detém quase metade da economia tem de dar o exemplo utilizando energia solar em todos os locais onde tal é possível e desejável a começar por estabelecimentos com ocupação diária integral, incluindo fins-de-semana e férias (24h/24h, 365 dias no ano), tais como:

- Hospitais;
- Quartéis militares, postos da GNR e PSP, etc.;

- Estabelecimentos prisionais;
- Escolas com internato anual;
- Complexos desportivos Municipais e Centrais com utilização anual;

Em segundo lugar devem ser apoiadas instituições da sociedade civil, nomeadamente IPSS, com serviço de funcionamento contínuo, tais como:

- Lares da Terceira Idade;
- Hospitais e hospitais de retaguarda sem fins lucrativos;
- Complexos desportivos com utilização anual, nomeadamente de clubes e associações.

Em terceiro lugar deve ser promovida a instalação de energia solar térmica em complexos privados com e sem fins lucrativos com utilização anual (24h/24h, 365 dias no ano), nomeadamente hotéis e serviços similares. O sistema actual de amortização acelerada em sede de IRC é já um bom incentivo.

Em quarto lugar deve ser dada prioridade aos condomínios e propriedade horizontal onde moram mais de 50% dos Portugueses e que não devem ficar de fora dos benefícios da energia solar térmica. Ainda nada foi feito em Portugal neste sector de grande potencial da energia solar térmica, quer a nível técnico, quer legislativo, quer muito menos a nível de incentivos económicos e financeiros.

Em quinto lugar vem a promoção ao nível dos utilizadores individuais, em moradias.

O Governo começou pelo fim, dizendo que “O sol quando nasce é para todos”. Como acima se vê, é só para alguns e este não dá o exemplo utilizando energia solar nos locais em que a utilização da energia solar tem um uso mais eficiente e pleno.

Também a legislação sobre a certificação energética de edifícios, de climatização e do seu comportamento térmico, ao permitir que a energia solar térmica compense a eventual falta de qualidade na envolvente térmica do mesmo edifício é um incentivo ao desperdício, pois é sabido que a eficiência energética é muito mais económica do que qualquer outra forma de energia.

A única forma de utilização da energia que é sustentável é a da energia que se poupa, pois não é necessário transformá-la, nem transportá-la nem utilizá-la. Por isso, é a única forma verdadeiramente “limpa” de usar a energia.

(FIM)